



EDITORIAL EDITORIAL

Carmem Lúcia Freitas de Castro

Prezados leitores,

Em sua 16ª edição, a **Revista Perspectivas em Políticas Públicas** e a FaPP comemoram seus 9 anos de existência. Neste ciclo, vários ideais se solidificaram, inúmeras realizações e conquistas se aliaram a um crescimento permanentemente cuidado. Assim, este número 16 se reveste de conotações históricas, consagrando conquistas e se projetando muito além do almejado. Numa trajetória audaciosa, a PPP vem aglutinando esforços e saberes nos quais se fundamenta e ousa sempre galgar por novos espaços .

11

A PPP é fruto de uma construção múltipla e sua história se confunde e se complementa com a da própria FaPP. E, portanto, seria impossível não reverenciar, neste número, o Professor José Antonio dos Reis. Com um currículo denso, o primeiro diretor da FaPP exerceu diversas atividades na UEMG, ocupando, inclusive, a cadeira de Reitor e a de Vice-Reitor. Sua longa jornada profissional, docente e discente (cursando recentemente o doutorado em Portugal), em muito contribuiu para o que hoje usufruímos. Seu legado, voz, sonhos e sorrisos ocuparão sempre os corredores e salas de aula da FaPP. A sua humanidade não lhe retirou a capacidade de se indignar com tudo que não lhe parecia justo e ético. Por esta e por tantas lições, o nosso eterno agradecimento, professor!

Neste número, a PPP congrega 7 artigos e um Ponto de Vista que nos remetem a reflexões de políticas públicas em dimensões diversas, mas convergentes por pensarem possibilidades e formas possíveis de intervenção que culminem em ações afirmativas e exitosas.

O primeiro artigo *A Centralidade das Instituições no neoinstitucionalismo: um referencial analítico para o estudo das políticas públicas*, de Carlos Eduardo de Andrade Lima da Rocha, Fábio Kurt Schneider e Samuel Goldemberg, baseado em uma pesquisa bibliográfica, busca compreender a implementação das ações do Estado por meio das instituições, como elemento essencial e que se configuram como a estrutura material do Estado. Este trabalho, sem pretender esgotar o tema, entendendo que o referencial teórico é considerado relativamente novo, evidencia a importância das instituições no contexto das políticas públicas e suas relações de poder e autonomia no âmbito das decisões políticas, considerando-se o binômio Estado e sociedade.

12

Márcia Maria Silva Brandão assina o artigo *Análise dos desdobramentos do conceito de participação diante da prática dos Conselhos de Assistência Social, Previdência Social e Saúde*. A autora discute o lugar e o papel dos Conselhos de Direitos, a importância e o significado dessas instâncias participativas e as diferentes dinâmicas dos processos deliberativos. Apesar não se apresentarem totalmente estruturados, apresentam avanços para o controle e a participação social na formulação e gestão das políticas públicas. Ressalta também a importância de sua formação paritária e democrática, sem, entretanto, deixar de focar nos desafios a serem vencidos, uma vez que estes espaços, que são recentes em nossa cultura e práxis política tanto para a sociedade quanto para

os agentes responsáveis pela implementação das políticas públicas, ainda não conseguem cumprir integralmente seu papel.

O texto sobre *Educação Supletiva e Ensino Supletivo como Política Nacional: nas trilhas da história da Educação de Adultos – da Constituição de 1891 à Lei nº 5.692/71 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, de Adálcio Carvalho de Araújo, discute a Educação de Jovens e Adultos durante o final do século XIX e no século XX. Segundo o autor, esta temática não despertava o interesse político, e, embora a preocupação com o analfabetismo adulto fosse recorrente, o seu protagonismo somente ocorreu pela intervenção dos educadores. Ao destacar as conquistas da educação supletiva nesse período, o artigo ressalta a inserção, nesta política, do adolescente, até então excluído da legislação educacional.

Outra dimensão da política pública focada neste número aborda *Os espaços da memória e política cultural na Universidade do Estado de Minas Gerais*, assinado pelos autores Pablo Gobira, Fernanda Correa e Karla Danitza de Almeida. O artigo apresenta os resultados parciais do projeto Direitos à Produção e ao Acesso à Arte e à Cultura no contexto da UEMG, e busca refletir sobre a relação entre estes espaços e a política cultural da universidade. Os autores consideram estes espaços como instrumentos geradores de pesquisa, ensino e extensão, além de permitirem que tanto a comunidade acadêmica como a sociedade em seu entorno construam a sua identidade cultural. Ressaltam ainda a necessidade de se criar mecanismos de interação entre os diversos projetos e movimentos existentes nas unidades, que, muitas das vezes, se apresentam solitários; e a importância do estímulo e da valorização dos espaços de memória para que estes se tornem visíveis e passíveis de serem ocupados

13

com atividades culturais, garantindo assim maior acesso à cultura e à produção cultural.

Com o objetivo de identificar a existência de fluxos comunicativos na construção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e em sua operacionalização realizada pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Álvaro Antonio Xavier de Andrade assina o artigo *Gestão Social de Políticas Públicas: a identificação de fluxos comunicativos na construção da PNATER e em sua operacionalização na Bahia*. A partir de dados levantados em uma pesquisa de campo nos municípios do semiárido baiano, o autor considera esta política de direito, que garantiu, em momentos distintos, a pretensão da sociedade civil e a vontade do Estado, ressaltando, entretanto, que esta política está ligada à mobilização social e não apenas a um projeto de Estado para promover participação e buscar sua legitimidade. Sua pesquisa constata a fragilidade e quase inexistência dos processos comunicativos com pouca perspectiva de mudanças; um grande número de programas e políticas públicas que devem ser trabalhadas; e a insuficiência de servidores podem ser considerados como entraves para que os processos participativos sejam efetivados.

14

Numa outra perspectiva de análise, Thiago Prisco analisa a matricialidade sociofamiliar da assistência social, no artigo intitulado *Matricialidade Sociofamiliar: centralidade na família ou na mulher?*. Seu trabalho realiza uma breve contextualização sobre o debate contemporâneo da centralidade da matricialidade nas famílias e se a Assistência Social almeja realmente atingir a família, considerando que a Política Nacional da Assistência Social e seus agentes privilegiam a mulher-mãe em detrimento dos demais membros do grupo familiar. Ao considerar a família como um termo que tende a

abranjer infinitas possibilidades e formatos, abarca, nesse conceito, inclusive os que vivem fora dela, reflete sobre a insuficiência da política quando o poder público concentra sua proteção em um único membro da família, no caso, na mulher, e não na família, já que uma não substitui a outra, mas sobrecarrega-a.

Discutindo outro patamar da educação, o artigo seguinte aborda a *Qualidade Social da Educação: um debate aberto*, de Anderson Luiz Tedesco. Buscando aprofundar no conceito de qualidade construído na história da educação, foca seu estudo nas reformas ocorridas a partir de 1990. O autor identifica a escola de qualidade social como aquela que atende às expectativas das famílias, dos estudantes e profissionais, proporcionando a construção de vivências democráticas. Sem pretender formular um conceito ideal de qualidade social de educação, o texto busca refletir sobre o tema, registrando que as posições conservadoras pensadas no país se apresentam inadequadas para uma escola com as características desejadas, já que se optou pela quantidade em prol da qualidade. Nesse sentido, reflete sobre o desafio na conciliação de se implementar políticas educacionais inclusivas com o desenvolvimento de ações sociais capazes de impactar na melhoria das condições econômicas dos assistidos, na educação básica, pela escola pública.

15

Na sessão Ponto de Vista, Liliane da Conceição Rosa da Silva finaliza este número da PPP com o texto *Estado Democrático de Direito: possibilidades de participação e reconhecimento*. Com um olhar para a influência da sociedade civil na busca de reconhecimento de direitos nas tomadas de decisão política do Estado, Silva sinaliza que, apesar de um alto grau de apatia popular, algumas parcelas da sociedade estão organizadas e preparadas para o debate e que, mesmo com conflitos, retrocessos, a luta pela ampliação de espaços

e inclusão de maior número de autores nas políticas e decisões vem sendo processualmente legitimada e produzindo resultados.

Boa leitura!

Estimados lectores,

En su 16ª edición, la **Revista Perspectivas en Políticas Públicas** y la FaPP conmemoran sus 9 años de existencia. En este ciclo, varios ideales se solidificaron, innumerables realizaciones y conquistas se aliaron con un crecimiento permanentemente. Así, este número 16 se reviste de connotaciones históricas, consagrando conquistas y proyectándose mucho más de lo anhelado. En una trayectoria audaz, la PPP viene agrupando esfuerzos y conocimientos en los que se fundamenta y osa siempre escalar nuevos espacios.

16

La PPP es fruto de una construcción múltiple y su historia se confunde y se complementa con la de la propia FaPP. Por tanto, sería imposible no venerar en este número al profesor José Antônio dos Reis. Con un currículo denso, el primer director de la FaPP ejerció diversas actividades en la UEMG, ocupando inclusive el cargo de Rector y de Vicerrector. Su larga jornada profesional, docente y discente (habiendo cursado recientemente el doctorado en Portugal), ha contribuido mucho para lo que hoy disfrutamos. Su legado, voz, sueños y sonrisas ocuparán siempre los corredores y las salas de clase de la FaPP. Su humanidad no le quitó la capacidad de indignarse con todo lo que le parecía injusto y no ético. Por esto y por tantas lecciones, inuestro eterno agradecimiento, profesor!

En este número la PPP congrega 7 artículos y un Punto de Vista que nos llevan a reflexiones sobre las políticas públicas en diversas

dimensiones, más convergentes por pensar sobre posibilidades y formas posibles de intervención que culminen en acciones afirmativas y de éxito.

El primer artículo *La Centralidad de las Instituciones en el Neoinstitucionalismo: un referencial analítico para el estudio de las Políticas Públicas*, de Carlos Eduardo de Andrade Lima da Rocha, Fábio Kurt Schneider y Samuel Goldemberg, basado en una investigación bibliográfica, busca comprender la implementación de las acciones del Estado por medio de las instituciones, como elemento esencial y que se configuran como la estructura material del Estado. Este trabajo, sin pretender agotar el tema, entendiendo que el referencial teórico es considerado relativamente nuevo, pone en evidencia la importancia de las instituciones en el contexto de las políticas públicas y sus relaciones de poder y autonomía en el ámbito de las decisiones política, considerándose el binomio Estado y sociedad.

17

Márcia Maria Silva Brandão firma el artículo *Análisis de los desdoblamientos del concepto de participación en función de la práctica de los Consejos de Asistencia Social, Previdencia Social y Salud*. La autora discute el lugar y papel de los Consejos de Derechos, la importancia y el significado de esas instancias participativas y las diferentes dinámicas de los procesos deliberativos. A pesar de que no se presenten totalmente estructurados, aportan avances para el control y la participación social en la formulación y gestión de las políticas públicas. Resalta también la importancia de su formación paritaria y democrática, sin, no en tanto, dejar de focalizar los desafíos a ser vencidos, ya que estos espacios, que son recientes en nuestra cultura y praxis política tanto para la sociedad como para los

agentes responsables por la implementación de las políticas públicas, todavía no consiguen cumplir integralmente su papel.

El texto sobre *Educación y Enseñanza Complementar (de adultos) como política Nacional: los senederos de la historia de la Educación de Adultos de la Constitución de 1891 a la Ley n°5.692/71 de Directrices y Bases de la Educación Nacional*, de Adálcio Carvalho de Araújo, discute sobre la Educación de Jóvenes y Adultos durante el final del siglo XIX y en el siglo XX. Según el autor, esta temática no despertaba el interés político y, aunque la preocupación con el analfabetismo adulto era un tema recurrente, su protagonismo solamente ocurrió por la intervención de los educadores. Al destacar las conquistas de la educación suplemental durante ese periodo, el artículo resalta la inserción, en esta política, del adolescente, excluido hasta entonces de la legislación educacional.

18

Otra dimensión de la política pública enfoca en este número aborda Los espacios de la memoria y política cultural en la Universidad del Estado de Minas Gerais, firmado por los autores Pablo Govira, Fernanda Correa y Karla Danitza de Almeida. El artículo presenta los resultados parciales del proyecto "Derechos a la Producción y al Acceso al Arte y a la Cultura en el contexto de la UEMG", y busca reflexionar sobre la relación entre estos espacios y la política cultural de la universidad. Los autores consideran estos espacios como instrumentos generadores de investigación, enseñanza y extensión, además de permitir que tanto la comunidad académica como la sociedad, construyan en su entorno su identidad cultural. Resaltan todavía la necesidad de crear mecanismos de interacción entre los diversos proyectos y movimientos existentes en las unidades, que muchas veces se presentan solitarios, y la importancia del estímulo y de la valorización de los espacios de memoria para que se tornen

visibles y pasibles de ser ocupados con actividades culturales, garantizando así mayor acceso a la cultura y a la producción cultural.

Con el objetivo de identificar la existencia de flujos comunicativos en la construcción de la Política Nacional de Asistencia Técnica y Expansión Rural (PNATER) y en su ejecución realizada por la Empresa de Bahía de Desarrollo Agrícola (EBDA), Álvaro Antonio Xavier de Andrade firma el artículo *Gestión Social de Políticas Públicas: la identificación de los flujos de comunicación en la construcción de la PNATER y en su ejecución en el Estado de Bahía*. A partir de datos levantados en una investigación de campo en los municipios del semi-árido de Bahía, el autor considera esta política de derecho que garantizó, en diferentes momentos, la voluntad de la sociedad civil y la del Estado, resaltando entretanto, que esta política está unida a la movilización social y no apenas a un proyecto de Estado para originar participación y buscar su legitimidad. Su investigación constata la fragilidad y casi inexistencia de procesos comunicativos y con pocas perspectivas de mudanzas; un gran número de programas y políticas públicas que deben ser trabajadas y la insuficiencia de funcionarios pueden ser considerados como trabas para que los procesos participativos sean efectuados.

19

En otra perspectiva de análisis, Thiago Prisco analiza la matricialidad social familiar de la asistencia social en el artículo *Matricialidad social familiar: ¿centralización en la familia o en la mujer?* Su trabajo realiza una breve contextualización sobre el debate contemporáneo de la centralidad de la matricialidad en las familias y si la Asistencia Social desea realmente alcanzar a las familias, considerando que la Política Nacional de Asistencia Social y sus agentes favorecen a la mujer-madre en perjuicio de los demás miembros del grupo familiar. Considerando la familia como un marco que tiende a envolver un

sinfín de posibilidades y formatos, en este concepto , inclusive los que viven fuera de ella, refleja sobre la insuficiencia de la política cuando el poder publico concentra su protección en un solo miembro de la familia , en el caso en la mujer , y no en la familia , ya que uno no reemplaza al otro, pero la sobrecarga.

20 Discutiendo otro nivel de educación, el siguiente artículo analiza la Calidad de la Educación Social: un debate abierto , Anderson Luiz Tedesco. Tratando de profundizar en el concepto de calidad construida en la historia de la educación , centra su estudio sobre las reformas que han tenido lugar desde 1990. El autor identifica la escuela de calidad social como la que cumpla con las expectativas de las familias, los estudiantes y los profesionales, ofreciendo la construcción de experiencias democráticas. Sin pretender formular un concepto ideal de una calidad de educación social, se busca reflexionar sobre el tema, señalando que las posiciones conservadoras pensadas en el país se presentan inadecuadas para una escuela con las características deseadas, ya que optó por la cantidad a favor de la calidad. En este sentido, se reflexiona sobre el reto de la conciliación de la implementación de políticas educativas inclusivas con el desarrollo de acciones sociales que tienen un impacto en la mejora de las condiciones económicas de los beneficiarios, en la educación básica, por la escuela pública.

En la sesión de Punto de Vista, Liliane da Conceição da Silva finaliza este número de la PPP con el texto Estado democrático de derecho: posibilidades de participación y reconocimiento. Con un vistazo a la influencia de la sociedad civil en la búsqueda del reconocimiento de los derechos en la toma de decisión política del Estado, Silva indica que a pesar de un alto grado de apatía popular, algunos sectores de la sociedad están organizados y preparados para el debate y que ,

incluso con conflictos y retrocesos, la lucha por la ampliación de los espacios e inclusión de un mayor número de autores en las políticas y decisiones están siendo jurídicamente legitimadas y produciendo resultados.

¡Buena lectura!